



DESTAQUE RURAL Nº 77

08 de Janeiro de 2020

OS 9 RISCOS DE MOÇAMBIQUE DE 2019: BALANÇO. MAIS TRÊS PARA 2020

João Mosca

O autor publicou em Janeiro do ano anterior, na série Destaque Rural Nº 48 (<https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-48/>), o texto "Os nove riscos de Moçambique em 2019". Com este artigo, pretende fazer um breve balanço desses riscos e apontar, se for caso, outros ou eliminar um ou mais dos nove então mencionados. Apresentam-se os riscos na mesma sequência, referindo as principais evoluções durante o ano findo e perspectivas.

Em resumo, a quase totalidade dos riscos persistiram até ao final de 2019. Alguns com maior intensidade. Poucas melhorias (redução dos riscos) aconteceram. A governação mostrou-se ineficaz na solução ou diminuição desses riscos, todos eles com fortes consequências políticas, económicas e sociais. Essas evoluções resultaram de incompetências e opções governativas propositadas (conscientes) e de contextos internacionais. Não é possível dizer que 2019 foi um ano positivo para a democracia, para a vida da maioria dos cidadãos ou para a imagem do país. Alguns aspectos pioraram, como a instabilidade militar no Centro do país e em Cabo Delgado, os direitos humanos e a violência política (sobretudo no período eleitoral e pré eleitoral), o crescimento económico manteve-se baixo e, eventualmente, inferior ao crescimento populacional, a dívida pública cresceu, sobretudo com recurso ao financiamento interno, as condições de vida diminuíram em muitas zonas do país, Moçambique baixou ou manteve as posições nos *rankings* de alguns índices internacionais e não existiram razões para o melhoramento da imagem do país (o que se reflecte no investimento estrangeiro, excepto, em parte, no gás) e na cooperação. A oposição manteve-se incapaz de alterar a dominância do partido no poder e de apresentar programas alternativos e de longo prazo para o país. A Frelimo manteve-se igual a si própria.

Como aspectos positivos destaca-se a recuperação da actividade em uns poucos sectores, a baixa inflação (sobretudo dos produtos alimentares básicos), a relativa estabilidade cambial, alguma actividade judicial em casos de corrupção (mesmo que a reboque da evolução destes aspectos no exterior e com algumas manobras dilatórias e inconsistentes), o esforço do governo e do INGC na reacção aos ciclones, mesmo que não isentos de dificuldades, e o reafirmar da sociedade civil sobretudo de algumas organizações.

Perspectiva-se para 2020 um crescimento baixo (entre 3% a 4%), uma redução das exportações devido à baixa de produção de carvão (a Vale anunciou a paralisação da produção durante 3 meses), manutenção da inflação, embora existam pressões (dívida pública, preços internacionais, despesismo do Estado e crescimento baixo) e relativa estabilidade cambial (possível ligeira desvalorização do Metical), poder de compra mais reduzido para a maioria da população (não-criação de emprego, manutenção ou redução dos salários reais e crescimento das economias informais), o que significa, agravamento da pobreza e das desigualdades, contenção da violência social por repressão, continuação do não-respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos, continuidade das estratégias diversionistas do sistema judicial e de seguimento (ou contra

posição) da evolução dos processos no exterior. É urgente reforçar o INGC e que os recursos para calamidades sejam aumentados, além do longo trabalho, a vários níveis, para tornar o país mais preparado para as mudanças climáticas. Para que estas perspectivas não acontecerem, a Frelimo tem de iniciar profundas reformas internas e mudar o seu ADN. Será possível?

Os riscos referidos, a sua evolução durante o ano e as perspectivas, são as seguintes:

Risco 1: INSTABILIDADE POLÍTICA E MILITAR EM CABO DELGADO (PALMA), cita-se: “Nada indica que o Governo esteja a abordar o assunto de forma integrada, considerando os vários factores da crise (por exemplo, pobreza, extracção de recursos – terra e recursos naturais), tráficos, aspectos étnicos e religiosos). A possibilidade de alargamento do território abrangido pelo conflito é real e já existem esses indícios. A continuidade desta instabilidade pode retrain investimentos (não somente na zona abrangida)”. Evolução: A opção militar e, aparentemente, só esta, foi a opção do governo. O conflito mantém-se, aumentou de intensidade e alargou-se espacialmente. A pobreza aprofunda-se e a instabilidade social aumentou. Perspectivas para 2020: difícil melhoria.

Risco 2: ANO ELEITORAL, cita-se, “Este período pode ser um factor de instabilidade social. As experiências anteriores e, em particular, as eleições autárquicas de 2018, não inspiram certeza quanto à transparência das eleições”. Evolução: Sobre estes aspectos, tudo já foi analisado, comentado e referido em vários órgãos de comunicação. Em resumo, foram as eleições que provocaram mais violência e onde existiram maiores fraudes. Perspectiva: em 2020 não haverá eleições e, portanto, não existirão os riscos directamente resultantes das campanhas eleitorais mencionados.

Risco 3: DÍVIDA EXTERNA E, EM PARTICULAR, A DÍVIDA EX-OCULTA, cita-se, “As consequências são demasiado conhecidas e já verificadas: instabilidade macroeconómica, desaceleração económica, aumento da pobreza, dívida pública não sustentável, redução drástica do investimento externo (se retirado os mega-projectos) e do investimento interno, incluindo o público, contracção dos gastos públicos, encerramento de pequenas e médias empresas, desemprego, inflação, entre outras”. Evolução: Existiram negociações e pagamentos de constitucionalidade duvidosa da dívida da EMATUM e não das restantes (MAM e ProIndicus) e de outras. A dívida interna disparou, a economia desacelerou, a mortalidade das pequenas e médias mantém-se, o desemprego não recuperou, o investimento e externo retraiu-se e assiste-se a adiamentos sucessivos em alguns investimentos no gás. Perspectivas: a inflação possivelmente manter-se-á nos níveis de 2019, isto é, relativamente baixa (cerca de 3,5% a 4%), embora existam pressões (dívida pública, preços internacionais e despesismo do Estado) e a dívida não reduzirá. Além da longevidade e “tortuosidade” dos processos judiciais relacionados com a dívida ex-oculta, nada se pode prever.

Risco 4: CREDIBILIDADE DA GOVERNAÇÃO E IMAGEM DO PAÍS, cita-se, “Em sentido negativo, a não recuperação da credibilidade dificultará o investimento e a cooperação, cujas consequências internas sobre a economia são similares às apontadas: redução do investimento, da cooperação, do crescimento, do emprego, do nível de vida dos cidadãos, entre outras”. Evolução: A cooperação reduziu mantendo-se em compasso de espera (embora, em alguns casos, utilize mecanismos pouco transparentes de fazer chegar os recursos financeiros por via de projectos e mesmo de financiamento ao governo). No entanto, os valores baixaram significativamente. Perspectivas: o FMI decidiu não avançar com um programa de apoio ao governo até que as questões das dívidas estejam esclarecidas, embora, cnicamente, continue a apoiar anualmente o governo.

Risco 5: REPRESSÃO, DIREITOS HUMANOS E RETROCESSO DA DEMOCRACIA, cita-se, "A verificação dos riscos 1, 2, 3 e 4 poderá influenciar o Governo a reforçar os mecanismos de defesa do poder e de um Estado frágil que facilite ou cubra diferentes tipos de tráfico, corrupção e negócios não transparentes. Se assim for, é expectável que exista mais repressão sobre as vozes críticas (ameaças, ataques de carácter, espancamentos, assassinatos) e, portanto, mais abusos contra os direitos humanos, maior controlo do aparelho ideológico (sobretudo sobre os órgãos de informação) e asfixiamento económico de organizações não "alinhas" com o sistema, e movimentações militares de intimidação (já em curso)". Evolução: Os mecanismos de defesa do poder foram reforçados, a repressão e violência política (com assassinatos, raptos e tentativas de raptos, e espancamentos) foi recuperada depois de um período relativamente menos intenso, o controlo ideológico aumentou, sobretudo no período eleitoral (por exemplo, as opções editoriais em alinhamento com as políticas e discursos oficiais de grande parte dos órgãos de comunicação social), as forças policiais e militares aumentaram as suas presenças públicas e intimidatórias. De ressaltar o papel da sociedade civil, particularmente a mais relacionada com as dívidas ocultas, com o acompanhamento eleitoral e a defesa dos direitos dos cidadãos e da pesquisa.

Risco 6: CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL, cita-se: "Considerando os níveis atingidos, é provável que aconteçam baixas nos preços de alguns bens primários exportados, afectando a balança de pagamentos e a recuperação das variáveis nominais macroeconómicas e da produção em alguns sectores. Pode-se ainda esperar alguma subida das taxas de juro internacionais, agravando o volume e os serviços da dívida e efeitos sobre o investimento externo nas pequenas e médias empresas. Evolução: Os preços de uns poucos, mas importantes, bens exportados diminuíram, afectando alguns sectores exportadores. Os dados estatísticos anuais poderão revelar alguma recuperação em sectores como os transportes, o comércio e algumas indústrias. Perspectivas: imprevisibilidade, não obstante os eventuais cenários de alguns economistas embruxados.

Risco 7: CLIMA, cita-se, "As previsões climáticas apontam para situações de emergência por cheias e seca, que sempre foram suportadas, principalmente, pela cooperação e donativos. Notícias recentes indicam a existência de populações em situação de fome e a escassez de recursos afectos ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades para acudir a essas situações". Evolução: Os fenómenos mais conhecidos foram os ciclones IDAI e Kenneth, além de chuvas torrenciais e secas acontecidas em 2019. Os recursos, internos foram escassos e os externos ficaram muito aquém das necessidades e do prometido, e vão chegando em tempo desajustado à emergência grave. Perspectivas: continuidade dos riscos, embora, provavelmente, de menor violência, mas, talvez, mais frequentes.

Risco 8: SEGURANÇA ALIMENTAR, cita-se: A verificação conjugada dos riscos anteriores implicará, certamente, o aumento da pobreza sobretudo no meio rural com a redução da produção agrária, o agravamento da insegurança alimentar e a necessidade de mais importação de bens alimentares. Evolução: Verificado plenamente. Perspectivas: continuidade.

Risco 9: FRELIMO, cita-se: "A grande questão é saber se a FRELIMO tem a capacidade de se reposicionar e quais as consequências dentro do Partido. Este é o risco certamente determinante. Dito de um outro modo, é possível mudar algum ADN?" Evolução: A FRELIMO manteve-se igual a si própria. Dentro da desunião, encontra sempre formas de coesão fictícia, sobretudo quando os contextos são desfavoráveis, esteja o poder em risco e os desequilíbrios da distribuição interna de recursos e negócios demasiado elevados. Nestas circunstâncias, as opções confirmam o ADN:

mata-se, rapta-se e mente-se e, em algumas circunstâncias, constroem-se “bodes expiatórios” a vários níveis dentro da Frelimo, com ou sem depuração violenta ou de acomodação. Perspectivas: os ADN não são mutáveis!

ANO 2020: MAIS TRÊS RISCOS: O primeiro é a situação militar no Centro do país resultante de processos internos na Renamo e as possibilidades de cisões neste partido, o que debilitaria ainda mais a frágil democracia e a possibilidade de continuidade da guerra e riscos da sua expansão espacial.

O segundo diz respeito à formação da sociedade civil e aos movimentos de cidadãos que poderão, ou continuarão, a ser alvo de ameaças, intimidações, capturas e mesmo de assassinatos políticos.

O terceiro risco, de consequências imprevisíveis, é a escalada de ameaças e violência política militar internacional – EUA, Rússia, China, países árabes, cujas consequências para Moçambique podem ser preocupantes. Para além da provável subida dos preços do petróleo (uma das principais importações, em valor, de Moçambique), sabe-se dos efeitos sobre a inflação e a actividade económica em Moçambique, o emprego e a estabilidade dos principais indicadores macroeconómicos. Se estas evoluções acontecerem, o custo de vida aumentará e são prováveis manifestações populares (por exemplo, em consequência do aumento dos preços dos alimentos básicos importados e dos transportes públicos urbanos).